

FUNRES - FUNDO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Instituído pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12.12.74, administrado pelo Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - GERES e operado pelo BANDES - Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL



BALANÇO PATRIMONIAL  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em milhares de reais)

ATIVO	2011	2010	PASSIVO	2011	2010
<b>CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>261.419</b>	<b>255.756</b>	<b>CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>259</b>	<b>259</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>126.675</b>	<b>114.041</b>	<b>Outras Obrigações</b>	259	259
<b>BANDES - Depósitos de Livre Movimentação</b>	<b>126.675</b>	<b>114.041</b>			
Imposto de Renda	81.642	75.636			
ICMS	40.159	33.998			
SIF	4.874	4.407			
<b>REPASSES INTERFINANCEIROS</b>	<b>38.040</b>	<b>39.922</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>261.160</b>	<b>255.497</b>
<b>Devedores por Repasses a Agentes Financeiros</b>	<b>38.040</b>	<b>39.922</b>	<b>Recursos de Incentivos Fiscais</b>	<b>51.783</b>	<b>53.084</b>
BANDES	38.040	39.922	<b>Cotistas</b>	<b>6.046</b>	<b>5.743</b>
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>96.704</b>	<b>101.793</b>	Cotas Emitidas	6.046	5.743
<b>Títulos de Renda Fixa</b>	<b>12.781.256</b>	<b>8.695.855</b>			
<b>Debêntures da Carteira Própria</b>	<b>12.781.256</b>	<b>8.695.855</b>	<b>Resultados Acumulados</b>	<b>203.331</b>	<b>196.670</b>
Debêntures Conversíveis em Ações - Normais	5.148	23.683	<b>Resultados de Exercícios Anteriores</b>	<b>196.652</b>	<b>192.618</b>
Debêntures Conversíveis em Ações - Em Atraso	5.792.176	3.931.378			
Debêntures Não Conversíveis em Ações - Normais					
- MP 2.199/01	1.377	1.848			
Debêntures Não Conversíveis em Ações - Em Atraso					
- Lei 8.167/91	6.981.191	4.738.408			
Debêntures Não Conversíveis em Ações - Em Atraso					
- MP 2.199/01	1.364	538			
<b>Títulos de Renda Variável</b>	<b>124.621</b>	<b>110.183</b>	<b>Resultado do Exercício</b>	<b>6.679</b>	<b>4.052</b>
Ações da Carteira Própria	120.977	106.539	Lucro do Exercício	16.052	8.236
Cotas de Outros Fundos	3.644	3.644	Variação de Cotas Permutadas em Leilão	(9.373)	(4.184)
<b>(-) PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE TÍTULOS</b>	<b>(12.809.173)</b>	<b>(8.704.245)</b>			
(-) Títulos de Renda Fixa	(12.774.725)	(8.670.324)			
(-) Títulos de Renda Variável	(34.448)	(33.921)			
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>			
<b>Rendas a Receber</b>	<b>64</b>	<b>64</b>			
<b>Dividendos / Juros s/ Capital Próprio a receber</b>	<b>64</b>	<b>64</b>			
Ações da carteira própria	64	64			
<b>(-) Provisão para Rendas a Receber</b>	<b>(64)</b>	<b>(64)</b>			
<b>(-) Dividendos / Juros s/ Capital Próprio a receber</b>	<b>(64)</b>	<b>(64)</b>			
(-) Ações da carteira própria	(64)	(64)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>261.419</b>	<b>255.756</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>261.419</b>	<b>255.756</b>
<b>COMPENSAÇÃO</b>	<b>168.090</b>	<b>168.284</b>	<b>COMPENSAÇÃO</b>	<b>168.090</b>	<b>168.284</b>
Depositários de Valores em Custódia	168.090	168.284	Valores Depositados em Custódia	168.090	168.284

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em milhares de reais)

	2011	2010
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>4.133.778</b>	<b>2.809.997</b>
<b>Remuneração s/ Disponibilidades e Depósitos Vinc. à Subscrição</b>	<b>12.813</b>	<b>9.737</b>
<b>Rendas de Títulos de Renda Fixa</b>	<b>4.104.890</b>	<b>2.788.846</b>
Custos Básicos	11.949	12.583
Encargos Financeiros	1.479	2.320
Encargos sobre Atraso	4.091.462	2.773.943
<b>Rendas de Títulos de Renda Variável</b>	<b>10.274</b>	<b>4.957</b>
Ágio na Venda de Títulos em Leilão	650	7
Ágio na Venda Direta de Títulos	0	11
Dividendos/Juros s/ Capital Próprio	1.171	1.216
Valorização da Carteira de Ações	8.453	3.723
<b>Rendas de Operações de Repasse</b>	<b>1.212</b>	<b>1.263</b>
BANDES	1.212	1.263
<b>Reversão de Provisões</b>	<b>4.589</b>	<b>5.136</b>
Títulos de Renda Fixa	0	1.718
Títulos de Renda Variável	4.589	3.418
<b>Outras Rendas</b>	<b>0</b>	<b>58</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(4.117.726)</b>	<b>(2.801.761)</b>
<b>Despesas de Títulos de Renda Variável</b>	<b>(2.666)</b>	<b>(4.133)</b>
Desvalorização da Carteira de Ações	(2.666)	(4.133)
<b>Taxa de Administração da Carteira</b>	<b>(5.437)</b>	<b>(5.288)</b>
<b>Remuneração GERES</b>	<b>(27)</b>	<b>(144)</b>
<b>Despesas de Provisões</b>	<b>(4.109.517)</b>	<b>(2.792.008)</b>
Títulos de Renda Fixa	(4.104.402)	(2.785.800)
Títulos de Renda Variável	(5.115)	(6.208)
<b>Outras Despesas</b>	<b>(79)</b>	<b>(188)</b>
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>16.052</b>	<b>8.236</b>

DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em milhares de reais)

	01.01 a 31.12.2011	01.01 a 31.12.2010
<b>SALDO ANTERIOR</b>	<b>101.793</b>	<b>104.445</b>
<b>DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES - NORMAIS (Carteira Própria)</b>	<b>(18.535)</b>	<b>(20.709)</b>
(+) Subscrição de Ordens de Liberação	892	4.796
(+) Custos Básicos/Encargos Financeiros	954	5.982
(-) Conversão de Debêntures em Ações	(18.373)	(27.363)
(-) Resgate de Debêntures	(1.905)	(3.026)
(-) Recebimento de Encargos Financeiros	(103)	(282)
(-) Dispensa de Encargos	(0)	(816)
<b>DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES - EM ATRASO (Carteira Própria)</b>	<b>1.860.799</b>	<b>1.261.279</b>
(+) Custos Básicos/Encargos Financeiros e sobre Atraso	1.860.799	1.261.279
<b>DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES - NORMAIS (Carteira Própria)</b>	<b>(471)</b>	<b>(299)</b>
(+) Custos Básicos/Encargos Financeiros	(471)	(365)
(+) Emissão de Debêntures Renegociadas - MP 2.199/01	0	74
(-) Amortização de Debêntures	0	(6)
(-) Recebimentos de Encargos Financeiros	0	(2)
<b>DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES - EM ATRASO (Carteira Própria)</b>	<b>2.243.608</b>	<b>1.522.803</b>
(+) Custos Básicos/Encargos Financeiros e sobre Atraso	2.243.608	1.522.803
<b>AÇÕES DA CARTEIRA PRÓPRIA</b>	<b>14.438</b>	<b>22.237</b>
(+) Conversão de Debêntures	18.373	27.363
(+) Valorização da Carteira de Ações	8.452	3.910
(-) Venda em Leilão	(9.721)	(4.848)
(-) Desvalorização da Carteira de Ações	(2.666)	(4.188)
<b>(-) PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE TÍTULOS</b>	<b>(4.104.928)</b>	<b>(2.787.963)</b>
<b>Títulos de Renda Fixa:</b>	<b>(4.104.402)</b>	<b>(2.784.082)</b>
(-) Constituição	(4.104.402)	(2.786.033)
(+) Reversão	0	1.951
<b>Títulos de Renda Variável:</b>	<b>(526)</b>	<b>(3.881)</b>
(-) Constituição	(4.931)	(7.299)
(+) Reversão	4.405	3.418
<b>SALDO FINAL</b>	<b>96.704</b>	<b>101.793</b>

# FUNRES - FUNDO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Instituído pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12.12.74, administrado pelo Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - GERES e operado pelo BANDES - Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A.



## DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em milhares de reais)

	01.01 a 31.12.2011	01.01 a 31.12.2010
<b>SALDO ANTERIOR</b>	<b>255.497</b>	<b>253.088</b>
<b>MAIS:</b>	<b>16.052</b>	<b>8.236</b>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	16.052	8.236
<b>MENOS:</b>	<b>(10.389)</b>	<b>(5.827)</b>
VENDA EM LEILÃO DE TÍTULOS DA CARTEIRA	302	(539)
RESGATE DE AÇÕES SIF	(1.318)	(12)
VARIAÇÃO DE COTAS PERMUTADAS EM LEILÃO	(9.373)	(5.276)
<b>SALDO FINAL</b>	<b>261.160</b>	<b>255.497</b>

## DEMONSTRAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em milhares de reais)

	01.01 a 31.12.2011	01.01 a 31.12.2010
<b>SALDO ANTERIOR</b>	<b>114.041</b>	<b>102.405</b>
<b>ENTRADAS NO PERÍODO (A)</b>	<b>29.727</b>	<b>29.202</b>
Remuneração s/Disponibilidades e Depósitos Vinc. à Subscrição	12.813	9.737
Encargos/Amortização de Debêntures - Art.5º	2.008	3.204
Repasse/Encargos Financeiros	13.735	14.976
Dividendos/JCP - Art.5º	1.171	1.216
Outras Rendas	0	69
<b>SAÍDAS NO PERÍODO (B)</b>	<b>17.093</b>	<b>17.566</b>
Ordens de Liberação Emitidas – Debêntures	892	4.796
Ordens de Liberação Emitidas – Repasse	10.640	7.138
Taxa de Administração da Carteira	5.437	5.288
Remuneração do GERES	27	144
Resgate Ações SIF	22	14
Outras Despesas	75	186
<b>AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES (A-B)</b>	<b>12.634</b>	<b>11.636</b>
<b>SALDO FINAL</b>	<b>126.675</b>	<b>114.041</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em milhares de reais)

### 1. Contexto Operacional

O FUNRES é um fundo de investimento regional, instituído pelo Decreto-Lei nº 880 de 18/09/1969, com alterações posteriores por meio do Decreto-Lei 1.376 de 12/12/1974 e da Lei nº 8.167 de 06/01/1991, cuja administração está a cargo do Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - GERES, cabendo ao Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. - BANDES a incumbência da operacionalização e gestão do seu patrimônio.

Os recursos do Fundo eram oriundos de repasses das Fazendas Estadual e Nacional, com base nas opções feitas pelas pessoas jurídicas, sediadas no Estado do Espírito Santo, quando do recolhimento do ICMS e Imposto de Renda, as quais se permitia indicar 5% do ICMS até 18/12/2003 e, 25%, do Imposto de Renda, até 23/08/2000. A Medida Provisória nº 2.145, de 02 de maio de 2001, extinguiu os repasses da Fazenda Nacional e a Lei Estadual nº 7.667, de 15/12/2003 extinguiu os repasses da Fazenda Estadual para o FUNRES.

Nos exercícios de 1994 e 1995, a Fazenda Estadual efetuou repasses parciais das opções de incentivos fiscais dos contribuintes do ICMS, não sendo mais repassados os recursos a partir do ano de 1996.

### 2. Apresentação e elaboração das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis aos Fundos de Investimentos Regionais, complementadas pelas normas previstas no Plano de Contas dos Fundos de Investimentos Regionais - COFIR, aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, através da Instrução CVM nº 445, de 14/12/2006, com vigência a partir de 01/01/2007, não sendo requerido à elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa e da Demonstração do Valor Adicionado.

A Demonstração da Evolução dos Títulos e Valores Mobiliários evidencia as movimentações ocorridas nas Carteiras de Debêntures e Ações, já a Demonstração da Movimentação dos Recursos evidencia a movimentação ocorrida nas disponibilidades do Fundo.

### 3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis estão assim resumidas:

#### a. Resultado das operações

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

#### b. Direitos

Os direitos (Repasse Interfinanceiros e Debêntures) estão demonstrados pelos valores de realização, com apropriação pro rata até o encerramento do balanço, dos rendimentos previstos contratualmente.

#### c. Participação em ações

As participações em ações estão registradas pelo custo histórico e reduzidas por provisões para perdas, combinadas ainda com os seguintes assuntos:

- Os dividendos das participações acionárias quando declarados e aprovados em Assembleia Geral dos acionistas são contabilizados na rubrica "Rendas de Títulos de Renda Variável";
- As variações patrimoniais ocorridas na carteira de ações são contabilizadas nas rubricas "Valorização da Carteira de Ações" (se positivo) e "Desvalorização da Carteira de Ações" (se negativo);
- A provisão para desvalorização da carteira quando constituída é contabilizada nas contas de Resultado do Exercício, nas rubricas "Despesas de Provisões" e "Reversão de Provisões".

#### d. Provisão para Desvalorização de Títulos de Renda Variável

A provisão para desvalorização da carteira de ações é realizada com base em critérios diferenciados de pontuação, considerando-se fatores determinantes do risco de cada empreendimento, porte e performance do setor de sua atuação, bem como as características da estrutura administrativo-organizacional e níveis de operação, em relação à capacidade instalada. A partir de junho de 2001 foi adotado também o critério estabelecido pela Portaria nº 118, de 29/05/2001, do Ministério da Integração Nacional, que determina a constituição da provisão de 100% do valor contábil das ações das empresas que não remeterem as respectivas demonstrações financeiras do exercício até o dia 31 de dezembro do exercício social imediatamente posterior.

#### e. Provisão para Desvalorização de Títulos de Renda Fixa

A provisão para perdas com as debêntures é constituída de acordo com os seguintes critérios: 100% das parcelas vencidas para as debêntures com prazo de inadimplimento a partir de 60 dias, conforme estabelecido na Portaria nº 118, de 29/05/2001, do Ministério da Integração Nacional e 100% do valor das parcelas vencidas e vincendas para as debêntures em cobrança judicial e daquelas cujos projetos estejam paralisados ou inacabados.

### 4. Disponibilidades no Banco Operador

O saldo de R\$ 126.675 (R\$ 114.041 em 2010) refere-se aos recursos disponíveis no Banco Operador - BANDES S.A., e são remunerados pela variação da taxa extramercado, representando 95% em relação à taxa SELIC. No Exercício de 2011, o Fundo auferiu uma rentabilidade sobre os recursos disponíveis na ordem de R\$ 12.813 (R\$ 9.737 em 2010).

### 5. Carteira de títulos

#### a. Ações

Referem-se às participações societárias oriundas da subscrição e integralização de ações e da conversão de debêntures em ações e que são avaliadas periodicamente com base nas disposições contidas no art. 7º da Lei nº 8.167, de 16/01/1991, com redação dada pela Lei nº 9.808, de 20/07/1999, Decreto nº 101, de 17/04/1991, Resolução nº 1.660 de 20/10/1989, do Banco Central do Brasil e Portaria nº 118 de 29/05/2001, do Ministério da Integração Nacional.

Para efeito de avaliação, as ações serão computadas pela cotação média do último dia em que foram negociadas, na hipótese de ações cotadas em Bolsa, ou pelo valor patrimonial, com base no balanço da empresa do último exercício.

A provisão para desvalorização constituída no exercício de 2011 no valor de R\$ 5.115 (R\$ 6.208 em 2010) e a reversão de provisão no valor de R\$ 4.589 (R\$ 3.418 em 2010) foram contabilizadas em contas de Resultado do Exercício (Despesas de Provisões e Reversão de Provisões).

#### b. Debêntures

Referem-se às aplicações em debêntures e são remuneradas com base nos índices contratuais (especificamente a TJLP), acrescidos de juros de 4% ao ano, cujos valores são apropriados mensalmente *pro rata*, a crédito da conta de resultado, sob o título "Rendas de Títulos de Renda Fixa". No caso das Debêntures provenientes de processos de renegociação, efetuados com base na Medida Provisória nº 2.145, de 02 de maio de 2001, a remuneração é de 9,5% ao ano, estando de acordo com encargos financeiros dos Fundos Constitucionais de Financiamento, exigidos para empreendimentos de médio porte.

As debêntures conversíveis são passíveis de conversão em ações após a emissão do Certificado de Empreendimento Implantado, emitido pelo GERES, publicado no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, certificando que o projeto está concluído. As debêntures não conversíveis têm prazo médio total de sete anos para pagamento.

Em função da edição da Medida Provisória nº 2.145/2001, os recursos aplicados pelo Fundo passaram a ser somente sob a forma de subscrição de debêntures conversíveis em ações, de emissão das empresas beneficiárias. A conversão deverá efetivar-se integralmente no prazo de um ano a contar da data de emissão do Certificado de Empreendimento Implantado.

### 6. Repasses Interfinanceiros

#### a. Financiamentos

Representa o valor repassado pelo Fundo ao agente financeiro (BANDES) por ele credenciado e que são remunerados conforme quadro a seguir:

Remuneração	Quantidade de Operações		Saldo das Operações (R\$)		% de Representatividade	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
2,75%	697	883	19.080	29.462	50	74
TJLP	31	67	110	361	0	1
4%	280	171	18.850	10.099	50	25
<b>Total</b>	<b>1.008</b>	<b>1.121</b>	<b>38.040</b>	<b>39.922</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

As apropriações dos encargos mensais são contabilizadas a crédito de "Rendas de Operações de Repasse". Não há constituição de provisão para perdas em "Financiamentos", em razão de não haver atrasos nos pagamentos e da administração entender que o risco de crédito do agente financeiro é muito baixo.

# FUNRES - FUNDO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Instituído pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12.12.74, administrado pelo Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - GERES e operado pelo BANDES - Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A.



MINISTÉRIO DA  
INTEGRAÇÃO NACIONAL



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em milhares de reais)

### 7. Remuneração do Banco Operador

Em conformidade com a Portaria nº 158, de 30/07/2008, a remuneração devida ao Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. - BANDES, pela administração dos recursos do FUNRES, inclusive o serviço de administração da carteira, corresponde a 3% ao ano, devida mensalmente e calculada sobre 70% do patrimônio líquido do respectivo Fundo. Em 2011, os valores pagos ao Banco Operador atingiram um montante de R\$ 5.437 (R\$ 5.288 em 2010).

Desde 2002, o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. - BANDES calculou a remuneração com base na Portaria Interministerial nº. 31 de 07/02/2002, que determinava:

"Art. 1º: Pela administração dos recursos dos Fundos de Investimentos Regionais, inclusive o serviço de administração das carteiras, caberá ao banco operador a remuneração correspondente a 3% (três por cento) ao ano, devida mensalmente e calculada sobre o valor do patrimônio líquido do respectivo Fundo.

Parágrafo Único: Para efeito do disposto no "caput" deste artigo, deverá ser considerado o valor de 100% (cem por cento) do patrimônio contábil do respectivo Fundo, nos meses de agosto a dezembro de 2001, e de 70% (setenta por cento) na mesma base de janeiro a dezembro de 2002."

Tendo em vista a ausência de normativo que regulamentasse a matéria a partir do exercício de 2003, o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. - BANDES optou por manter o cálculo da remuneração devida pelo FUNRES, pela administração da carteira, em 3% ao ano, calculada sobre 70% do Patrimônio Líquido do Fundo.

Com o advento da Portaria Interministerial 158, de 30/07/2008, essa matéria ficou disciplinada determinando que a taxa de administração devida pelo FUNRES, pela administração da carteira, é de 3% ao ano, calculada sobre 70% do Patrimônio Líquido.

Fundamentado nessas Portarias, o BANDES recalculou a taxa de administração do período de Janeiro de 2003 a 27/12/2007 aplicando 3% ao ano sobre 100% do Patrimônio Líquido do Fundo. Essa diferença foi contabilizada em novembro de 2008 na ordem de R\$ 15.289.

### 8. Partes Relacionadas

Operações com partes relacionadas efetuadas com o Banco Operador - BANDES S.A.

	Ativos e (Passivos)		Receitas e (Despesas)	
	2011	2010	2011	2010
Disponibilidades no Banco operador	126.675	114.041	-	-
Despesas de Administração	-	-	(5.437)	(5.288)
Rendas sobre Disponibilidades de Recursos	-	-	12.813	9.737

### 9. Passivo Circulante

Corresponde a valores pertencentes a empresas incentivadas oriundos de devolução de taxa de análise conforme determinado no Acórdão nº. 2.236/2006 do Tribunal de Contas da União. Esses valores estão sendo avaliados e serão baixados contra os débitos vencidos e vincendos que as empresas possuem com o FUNRES.

### 10. Patrimônio Líquido

- Recursos de Incentivos Fiscais - Referem-se aos recursos creditados ao Fundo, provenientes de incentivos fiscais recebidos e que serão convertidos em cotas;
- Cotistas - Referem-se à participação dos cotistas que já possuem o certificado de investimento do Fundo;
- Resultados de Exercícios Anteriores - Referem-se aos resultados acumulados em exercícios anteriores;
- Lucro do Exercício - Refere-se ao superávit apurado pelo Fundo no exercício corrente;
- Variação de Cotas permutadas em Leilão - Refere-se à valorização das quotas quando da realização de leilões.

#### 10.1 Patrimônio Líquido Médio

	2011	2010
Patrimônio Líquido no início do Período (a)	255.497	253.089
Patrimônio Líquido no fim do Período (b)	261.160	255.497
Patrimônio Líquido médio ((a + b)/2)	258.329	254.293

### 11. Política de Divulgação das Informações

Todas as informações referentes ao FUNRES encontram-se disponíveis nos seguintes veículos de comunicação:

- Internet, através do sitio [www.bandes.com.br](http://www.bandes.com.br);
- Telefonia, por intermédio do Sistema "bandesatende" no tel.: 0800-2834202;
- Jornais de grande Circulação;
- Diário Oficial da União;
- Diário Oficial do Estado do Espírito Santo.

Vitória (ES), 31 de janeiro de 2012.

## DIRETORIA

**JOÃO GUERINO BALESTRASSI**  
Diretor Presidente

**JOSÉ SATHLER NETO**  
Diretor de Administração e Finanças

**EVERALDO COLODETTI**  
Diretor de Crédito e Fomento

## CONTADOR

**DOMINGOS SAVIO BENINCA**  
Contador CRC-ES 010521/O-1

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

AOS ADMINISTRADORES E QUOTISTAS DO FUNDO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - FUNRES, INSTITUÍDO PELO DECRETO-LEI Nº 880/1969, ADMINISTRADO PELO GRUPO EXECUTIVO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (GERES) E OPERADO PELO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A. - BANDES

VITÓRIA - ES

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Examinamos as demonstrações contábeis do FUNDO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (FUNRES), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, da evolução dos títulos e valores mobiliários, da evolução do patrimônio líquido e da movimentação dos recursos para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do FUNDO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (FUNRES) é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Fundos de Investimento e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do FUNDO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (FUNRES) para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do FUNDO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DO

ESPÍRITO SANTO (FUNRES). Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração do FUNDO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (FUNRES), bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FUNDO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (FUNRES) em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho das suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Fundos de Investimentos Regionais.

Vitória, 17 de fevereiro de 2012.

**UHY** Moreira - Auditores

**UHY MOREIRA - AUDITORES**  
CRC RS 3717 S ES

**JORGE LUIZ M. CEREJA**  
Contador CRC RS 43679 S ES  
CNAI Nº 539  
Sócio - Responsável Técnico

**ODILSON GONÇALVES FERNANDES**  
Contador CRC 52869 T DF S ES  
CNAI Nº1946  
Auditor